

25 MAI 1984

JORNAL DA TARDE

Editorial, P. 4.

Um cálculo aritmético que mata a Constituição

"Hoje temos que reconhecer que depois de um longo processo o Estado no Brasil está atravessando uma crise profunda.

Basta dizer que ele dispõe, hoje, para cumprir todas as suas tarefas, apenas de uma receita tributária líquida de 8,8%. Ela já foi de 17% do Produto Interno Bruto do País. E a receita bruta, que foi de 26%, hoje é de cerca de 20%." ... "O Estado brasileiro não dispõe de recursos de nenhuma natureza para investimento" ... "ele ameaça comprometer o desenvolvimento, comprometendo os programas necessários de energia, de transporte, de telecomunicações, enfim, comprometendo também aqueles serviços fundamentais que o Estado tem a obrigação de prestar à sociedade, serviços de saúde, de educação e de bem-estar social que cada vez mais se deterioram".

Quem diz isso não é um líder da oposição; é o próprio chefe do Estado atual — o presidente Sarney. Nós já havíamos citado aqui, em editorial, este sombrio diagnóstico que, de resto, todos os brasileiros lúcidos e razoavelmente informados conhecem tão bem quanto ele. Assim, pedimos desculpas ao leitor pela insistência. Mas ela é necessária. A convivência prolongada com o perigo acaba-nos acostumando a ele e nos faz esquecer-lo.

Ao lembrá-lo, pretendemos demonstrar que quando dizemos, como já dissemos em outro editorial, que quando a nova Constituição entrar em vigor não demorará muito tempo para que o Estado brasileiro entre em colapso e arraste com ele a economia nacional, como um todo, e a democracia incipiente que estamos tentando implantar, não estamos manifestando uma opinião pessimista. Estamos, isto sim, expondo o resultado de um cálculo aritmético.

Quando o presidente Sarney expõe, com um realismo até inusitado, os números da receita que o Estado tem disponível, está mostrando também que já não há condições para aumentar significativamente essa receita via novas investidas tributárias, novos aumentos de impostos. O limite da contribuição que a sociedade brasileira é capaz de dar está esgotado, pelo menos dentro da atual situação da economia do País, o que explica a queda da receita tributária bruta citada por Sarney.

Para o contribuinte isto fica perfeitamente evidente com a cobrança do chamado trileite neste final de mês. Uma classe média de pouco mais de cinco milhões de pessoas em condições de contribuir para o fisco (o que é ridículo para uma Nação de 140 milhões de habitantes), que já paga um dos mais altos índices de imposto de renda do mundo, está sendo encorajada, agora, pelo fisco quatro vezes num mesmo mês; além do trileite, vai pagar o imposto de renda na fonte sobre o trabalho de abril, o imposto de renda do carnê leão de abril e mais uma parcela do imposto de renda de 1984. O próximo bate do Leão só vai encontrar a careca do contribuinte.

Do lado das empresas o quadro não é diferente. Além de pagarem um dos mais altos impostos de renda de pessoa jurídica do planeta, elas ainda arcam com uma outra infinidade de impostos, taxas e contribuições, que mais que duplicam seus custos de produção. Os encargos sociais, por exemplo, custam mais de 90% da folha de pagamento. E isso hoje, ainda sem contabilizar as loucas intervenções da Constituinte, cujas concessões deverão onerar esses custos em mais de 50%. Isso para não falar nos impostos indiretos, pagos por todos os consumidores. Basta lembrar que no preço final de um automóvel mais de 50% é de impostos e no preço dos cigarros esse índice chega a quase 300% para se concluir que nesse particular o Brasil é recordista mundial.

Evidentemente, quando os constituintes se reuniram para elaborar um texto constitucional que tornasse viável a democracia no Brasil, esperava-se, diante do quadro descrito pelo presidente Sarney, que eles atuassem no sentido de corrigir as deformações do Estado brasileiro, que levaram a esta situação de crise econômica. Essa crise profunda do Estado brasileiro é a única e real ameaça ao regime democrático em nosso país. Esperava-se que eles reduzissem drasticamente o tamanho desse Estado e criassem condições para uma expansão da economia brasileira que permitisse a sustentação de um Estado capaz de cumprir com eficiência as suas funções sociais.

Mas eles estão fazendo exatamente o oposto. De um lado, criaram toda a sorte de entraves para o desenvolvimento da economia, com os privilégios concedidos ao fardo aparelho estatal, com as restrições impostas ao capital estrangeiro e com os custos adicionais impostos às empresas privadas. De outro, ampliaram as obrigações do Estado, aumentando suas despesas com a educação e o atendimento à saúde; ampliando os benefícios para os aposentados e segurados da Previdência Social; e instituindo uma pensão para os deficientes físicos e os idosos que não tiverem nenhuma condição de se sustentar.

O percentual da receita tributária que o governo federal deverá, obrigatoriamente, aplicar em educação foi aumentado de 13 para 18%. Segundo cálculos do senador Almir Gabriel, principal redator do texto original do capítulo da seguridade social, só dois dos novos benefícios concedidos na área de Previdência Social — aposentadoria proporcional aos 25 anos para as mulheres e pensão de um salário mínimo para todos os idosos e deficientes — irão custar mais 6 bilhões de dólares por ano! Para se ter uma idéia do custo que virá por aí, lembremos que hoje a Previdência Social, sem o festival de benesses da Constituinte, já está às voltas com um déficit de 0,33% do PIB, algo em torno de US\$ 200 bilhões.

Por tudo isso, apesar de comprovadamente não haver condições de se aumentar sensivelmente a carga tributária, sem liquidar de vez com a saúde da economia brasileira, esse aumento será inevitável para cobrir as novas responsabilidades oficiais. Os governos estaduais, por exemplo, poderão cobrar um adicional de 5% sobre os ganhos de capital. Os governos municipais ganharam o direito de criar um imposto sobre a venda a varejo de combustíveis, menos óleo diesel. E o governo federal terá que ser ainda mais voraz. Ele arcará com a maior parte das obrigações instituídas pela Constituinte para o poder público, ao mesmo tempo em que será submetido a uma rigorosa dieta dos tributos que arrecada hoje: perderá para os Estados e municípios 47% das receitas com IPI e Imposto de Renda, os dois principais tributos nacionais. Pode-se imaginar a eficiência com que a União vai se ressarcir desse prejuízo.

Na verdade, os senhores constituintes estão vendendo uma grande ilusão, mentindo descaradamente para os trabalhadores brasileiros e todos os que vivem em nosso país da assistência social do Estado.

Uma ilusão que não durará mais do que durou a do Plano Cruzado. Estará desfeita pouco tempo depois da entrada em vigor da nova Constituição. E a destruição — ante o colapso do Estado, que arrastará consigo toda a economia nacional — vai custar ao País o fracasso de mais uma tentativa de implantar aqui uma verdadeira democracia.

Por isso preferimos acreditar que essa Constituição vai nascer morta.